



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

# CLIPPING

CLIPPING ELETRÔNICO

Recortes de notícias sobre educação

## Escolas estaduais

# Justiça anula edital da merenda

(A Notícia, AN.estado, pág. 16)

Senhores Diretores, Gerentes e Assessores,

Comuniquem à Assessoria de Comunicação, com a devida antecedência, projetos, eventos e ações que mereçam divulgação pública.

Leiam as notícias da Secretaria de Estado da Educação, acessando ao site [www.sed.sc.gov.br](http://www.sed.sc.gov.br) e clicando em IMPRENSA

Acompanhem também o site do governo: [www.sc.gov.br](http://www.sc.gov.br)

**Data: 19 - 23/02/2012**



CLIPPING

<b>Veículo:</b> A Notícia	<b>Editoria:</b> AN Estado	<b>Data:</b> 23/02/12
<b>Assunto:</b> Justiça anula edital de merenda		<b>Página:</b> 16

## Escolas estaduais

# Justiça anula edital da merenda

**Em decisão unânime, TRF suspendeu ontem licitação aberta pelo Estado em 2008**

O edital de concorrência lançado em 2008, que terceirizou a merenda escolar em Santa Catarina, foi anulado ontem pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região. O contrato de R\$ 120 milhões foi feito quando o agora senador Paulo Bauer era secretário de Estado da Educação no

governo do hoje também senador Luiz Henrique da Silveira (PMDB). Ainda cabe recurso da anulação no Supremo Tribunal Federal.

Para o relator da ação, o juiz federal João Pedro Gebran Neto, a Secretaria Estadual de Educação violou os “princípios da moralidade e da probidade administrativa”. A decisão foi unânime.

A ação popular foi proposta pelo deputado federal Pedro Uczai (PT). Ele questionava o uso de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar

na terceirização da merenda escolar. “A decisão do tribunal, anulando o processo de terceirização da merenda em Santa Catarina, confirma as irregularidades que denunciemos em 2008”, ressaltou.

O senador Paulo Bauer (PSDB) foi procurado ontem para comentar o assunto, mas não foi encontrado. O atual secretário de Estado da Educação, Eduardo Deschamps, preferiu não comentar a decisão porque, afirmou, não tinha tomado conhecimento dela.

Na época, o Estado previa reduzir o gasto anual com os serviços relacionados à merenda escolar –

inclusive os salários das merendeiras – estimado em R\$ 80 milhões. A mudança foi gradual: passou a atingir as 1,3 mil escolas estaduais (43 em Joinville) em 2010.

Faz parte dos planos do atual governo acabar com a terceirização da merenda, que começou em 2010. Um grupo de trabalho, com representantes do Estado, Assembleia Legislativa e entidades ligadas à alimentação em SC, foi formado para apresentar propostas.

A ideia é voltar à autogestão, com merendeiras e produtos tradicionais de cada região. Além de reduzir os gastos com a alimen-

tação, essa seria uma maneira de incentivar a agricultura familiar.

A Procuradoria-geral do Estado informou, ontem à noite, que, depois de ter acesso à íntegra do texto, avaliará se cabe recurso ao Supremo Tribunal Federal.

### Prefeito processado

O ex-prefeito de Jaraguá do Sul Moacir Bertoldi responde a processo movido pelo Ministério Público Federal por terceirizar a merenda das escolas municipais em 2005. O contrato está suspenso pela Justiça há três anos.



## CLIPPING

**Veículo:** Diário Catarinense

**Editoria:** Reportagem Especial

**Data:** 19/02/12

**Assunto:** Hino de SC, É para cantar?

**Página:** 04 e 05

**U**ma comissão pode decidir se os cantos continuarão no “canto sublime de glórias e luz a cada vez que forem exaltar Santa Catarina. Por uma emenda da Assembleia Legislativa (Alesc) oito representantes de órgãos estaduais especializados darão o veredito sobre a manutenção ou mudança do atual hino do Estado. O grupo poderá até delegar a decisão à população, por meio de um plebiscito. Dessa Comissão, três nomes foram definidos na semana passada. Após a formação completa – que deve ocorrer até o fim deste mês –, o grupo terá 90 dias para dar o parecer. Se for decidida a mudança da letra de Horácio Nunes ou de toda a música de José Brazilcio de Souza será feito um concurso público.

Os trabalhos de elaboração, regulamentação e aprovação do novo hino ficarão a cargo da Comissão e deverão ser concluídos em um ano. Caso não haja modificação, o grupo vai analisar medidas para tornar o hino popular. A ideia é tocar mais em escolas, eventos esportivos e culturais.

### Plebiscito foi descartado

A proposta da Alesc tem como ponto de partida um projeto de 2010, de autoria de Gilmar Knaesel. O deputado do PSDB diz que a canção atual, de uma “poesia inquestionável, de grande beleza de tons”, não caiu no gosto popular. Ele mesmo garante que só sabe a primeira e última estrofes. Para ele, esse debate é uma questão de valorização do Estado e de cidadania.

– Já ouvi dizerem que tem coisas mais importantes para serem decididas, e claro que tudo é importante. Mas me espelho nos estados vizinhos, em que o hino é idolatrado. Aqui, ninguém sabe cantar. O hino deve nos representar, ser um dos símbolos nossos – afirma.

Knaesel defende que o veredito sobre a manutenção ou alteração deveria ser dado pela população, por meio de um plebiscito promovido com recursos da Alesc. Após tramitação na Comissão de Constituição e Justiça no ano passado, foi aprovada emenda que retirou essa etapa, em decorrência da alta verba que poderia exigir. No projeto de Knaesel, não se especificou quanto o plebiscito com os cerca de 4,5 milhões de eleitores do Estado poderia custar aos cofres públicos.

[gabrielle.bittelbrun@diario.com](mailto:gabrielle.bittelbrun@diario.com)

## Dificuldade de ensinar na escola

Educadores reconhecem a dificuldade em explicar o hino. Por isso, a canção é tocada poucas vezes nas escolas estaduais, como expõe o articulador de educação básica da Secretaria de Educação, Isaac Ferreira.

– Há a orientação para que se toque o hino. Mas se sabe que há baixa popularidade. Ele foi escrito em um período literário de muito rebuscamento, o que dificulta a compreensão.

O diretor-geral do Instituto Estadual de Educação (IEE), Vendelin Borguezon, ressalta que a canção solene é tocada em eventos oficiais. Na prática, professores do ensino fundamental do IEE colocam a canção para tocar menos de uma vez por mês.

– A gente não tem tempo para trabalhar esse assunto e a letra é muito complexa, é difícil das crianças menores entenderem. Também é complicado de se cantar. Não se consegue chegar ao tom – justifica a professora do ensino fundamental do IEE, Grazielle da Rocha.

A intenção é que a canção seja mais abordada em sala ainda este ano. Enquanto isso, quando há alguma solenidade, o jeito é improvisar uma “cola” para os estudantes lerem.

– Quando pedimos para eles cantarem o hino de SC, eles perguntaram: professora, a gente não pode cantar o nacional mesmo? – conta.

Nas escolas municipais, a raridade em se tocar o hino estadual é a mesma, afirma o diretor do Ensino Fundamental da Secretaria de Educação da Capital, Pedro Rodrigues da Silva.

– Eu mesmo fui professor da rede municipal por 10 anos e nunca escutei – conta.

### QUEM SÃO OS INTEGRANTES DA COMISSÃO

Os especialistas que integram a comissão informaram que os critérios de discussão do hino de SC deverão ser estipulados nas primeiras reuniões, ainda sem data prevista, com o grupo completo. Mas indicaram seus posicionamentos.

• **Lisandra Pinheiro**, analista de cultura da Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, formada em História. Sugere que se considere o contexto histórico de quando o hino foi formado. A linguagem mais elaborada e o ritmo retratam um determinado momento que merece ser respeitado.

• **Jairo Alvim Barbosa**, membro do Conselho Estadual de Cultura, com formação em Música e Letras. Para ele, qualquer alteração em um hino de 112 anos de existência, que está incorporado na cultura catarinense há tantas gerações, exigirá muita responsabilidade.

• **Ivan Schmidt**, gerente de Projetos Culturais da Fundação Catarinense de Cultura, tem formação em Música. Acredita que o hino é de difícil execução e complicado de cantar. Está aberto às discussões.



## Polêmica entre duas correntes de intelectuais

Se o hino de SC não é muito presente nas escolas, entre os especialistas, ele não sai das discussões. São, principalmente, duas frentes sobre o assunto: a que considera a carga histórica da música e da letra e a que destaca a necessidade de um novo hino representativo do Estado.

Nessa segunda vertente está o padre Ney Brasil, que pede pela mudança desde 1992. O religioso considera que a letra que se refere à Proclamação da República e à Abolição da Escravatura em nada se refere à história e aos valores catarinenses. Para o padre, a mudança só não foi concretizada porque às vezes nem se dá conta do que, afinal, se está cantando.

– Percebi quando estava cantando, em 1992, que o hino não fala nada do Estado. Não se pronuncia sequer o nome de Santa Catarina! – diz o Padre.

Ele defende que ao menos a letra seja alterada e passe a exaltar os feitos e belezas do Estado. Para o membro da Academia Catarinense de Letras Sérgio da Costa Ramos, a letra foi construída em um momento histórico, retratando a Proclamação da República. Ele defende que a canção seja explicada e divulgada, como manutenção da tradição de Santa Catarina. O professor de história Otavio Auler também acredita que se deveria pensar em medidas de se tornar o hino popular antes de se pensar em qualquer alteração.

– A primeira coisa seria incentivar o hino atual, fazer com que pessoas aprendam e cantem. Caso não houvesse acei-

### SOBRE OS AUTORES

• O atual hino de SC tem a letra do carioca Horácio Nunes e a música do pernambucano José Brazilício de Souza. Apesar de terem nascido em outros estados, o poeta Nunes era de família tradicional florianopolitana e Souza foi um maestro radicado no Estado, de acordo com o historiador Jali Meirinho. Os dois compuseram a música para ser hino de SC, mas há registros de que ela tenha concorrido, inclusive, a hino nacional. A canção foi tocada pela primeira vez em 1890. Cinco anos depois, no dia 6 de setembro, foi oficialmente adotada como hino de SC, após a assinatura da Lei 144 pelo então governador Hercílio Luz.

tação, aí se poderia avaliar a possibilidade de um plebiscito, para a população decidir o que acharia melhor – destaca.

A própria discussão sobre o hino catarinense, de acordo com o estudioso de história Gelci José Coelho, o Peninha, pode ser positiva.

– Só de se falar em mudança, as pessoas vão ficar curiosas em saber como é o hino atual e vão atrás de mais informações sobre isso. Mesmo que essa mudança não aconteça, só essa provocação pode gerar conhecimento – afirma o pesquisador, que ressalta saber o hino atual de cor e salteado.